



## IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ESCOLAR EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DA SAÚDE MENTAL DE PROFESSORES DIANTE DOS DESAFIOS DO AMBIENTE ESCOLAR

Vagda Lúcia Martins Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

A violência escolar é um fenômeno complexo e multifacetado que afeta diretamente a dinâmica educacional, especialmente no contexto das grandes cidades como Fortaleza. Este estudo aborda os impactos da violência escolar na saúde mental dos professores, considerando os desafios enfrentados no ambiente educacional. A pesquisa teve como objetivo principal analisar como as experiências de violência no espaço escolar influenciam o bem-estar emocional e psicológico dos docentes, destacando as implicações para sua prática pedagógica e a qualidade do ensino. A metodologia empregada baseou-se em uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de estudos recentes que exploram a relação entre violência escolar e saúde mental. Foram analisados dados de pesquisas nacionais e internacionais, bem como relatórios institucionais que abordam a violência no contexto educacional. O estudo também propôs discutir estratégias de enfrentamento e políticas públicas que visem minimizar os efeitos da violência no cotidiano escolar. Os resultados apontam que a exposição frequente a episódios de violência, sejam eles físicos, psicológicos ou simbólicos, provoca altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout entre os professores. Além disso, as condições adversas do ambiente escolar contribuem para a perda de motivação, absenteísmo e, em casos mais graves, abandono da profissão. Tais fatores impactam não apenas a saúde mental dos docentes, mas também o desempenho dos estudantes e a qualidade do ambiente escolar como um todo. Por fim, o estudo reforça a necessidade de ações integradas entre escolas, famílias e políticas públicas para a criação de ambientes educacionais mais seguros e acolhedores. Investir na formação continuada dos professores, no fortalecimento de redes de apoio e na implementação de programas de prevenção à violência é essencial para promover a saúde mental dos docentes e garantir uma educação de qualidade. Este trabalho busca contribuir para o debate sobre a importância de enfrentar a violência escolar de maneira estruturada, valorizando o papel central dos professores na construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

**Palavras-Chave:** Saúde Mental. Violência Escolar. Desafios. Escolas Municipais. Professores.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade de Fortaleza , UNIFOR. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira.

## **1. INTRODUÇÃO**

A violência escolar é um fenômeno de múltiplas dimensões, cujas implicações ultrapassam os muros das instituições de ensino e atingem diretamente os atores envolvidos no processo educativo, especialmente os professores. Em um contexto como o de Fortaleza, caracterizado por desafios socioeconômicos e culturais significativos, o ambiente escolar frequentemente se torna um reflexo das tensões e desigualdades sociais presentes na comunidade. Nesse cenário, os professores vivenciam cotidianamente situações de conflito, intimidação, agressões verbais e até físicas, que afetam não apenas a dinâmica pedagógica, mas também sua saúde mental e qualidade de vida. Compreender os impactos da violência escolar na saúde mental dos professores é essencial para o fortalecimento do sistema educacional e para a garantia de um ambiente de aprendizagem saudável e acolhedor. Além disso, este tema possui relevância acadêmica e social ao levantar reflexões sobre as condições de trabalho dos docentes, os fatores que contribuem para o agravamento do problema e as possíveis estratégias de enfrentamento.

Este capítulo apresenta os fundamentos iniciais desta pesquisa, começando pela contextualização e delimitação do problema, seguida pelas perguntas e objetivos da pesquisa, que estruturam a investigação. Ao final, a justificativa reforça a importância do tema, destacando a necessidade de ações articuladas entre as escolas, os gestores educacionais e as políticas públicas para mitigar os efeitos da violência e promover o bem-estar dos professores.

Este trabalho busca, portanto, lançar luz sobre uma problemática que, apesar de amplamente vivenciada no cotidiano escolar, ainda carece de abordagens aprofundadas que associem o impacto da violência à saúde mental dos docentes. Assim, propõe-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias que valorizem a saúde emocional dos professores, reconhecendo sua centralidade na construção de uma educação de qualidade e no enfrentamento das desigualdades sociais.

## **2. REVISÃO TEÓRICA**

O tema da violência tem sido um dos principais pontos de reflexão no ambiente escolar, dada sua relevância para a compreensão das relações interpessoais e suas implicações no processo educativo. Apesar de sua ampla discussão, definir ou conceituar a violência de maneira precisa e uniforme é um desafio, pois se trata de um fenômeno multifacetado e em constante transformação. Essa característica dinâmica torna a violência um conceito fluido, que varia de acordo com os contextos históricos, sociais e culturais nos quais está inserida. Como destaca Abramovay (2006), a violência é, por sua própria natureza, relativa, histórica e mutável, o que exige cautela ao interpretá-la e analisá-la.

Essa relatividade conceitual reflete a diversidade de formas e manifestações que a violência pode assumir, desde expressões explícitas, como agressões físicas, até formas mais sutis, como exclusões sociais e agressões simbólicas. O que em um dado contexto é considerado violência pode, em outro, ser visto como comportamento aceitável ou normalizado, evidenciando a influência de construções culturais e temporais sobre sua definição. No ambiente escolar, essa complexidade é ainda mais evidente, pois as manifestações de violência não apenas refletem as dinâmicas internas das instituições de ensino, mas também estão profundamente conectadas às tensões e desigualdades sociais externas.

No âmbito educacional, a violência pode ser entendida como um reflexo de relações de poder desequilibradas, marcadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais. Essas desigualdades impactam diretamente a vivência dos diferentes atores da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, gestores e familiares. O fenômeno da violência, portanto, não pode ser tratado de maneira isolada ou descontextualizada. Sua compreensão demanda uma abordagem ampla, que considere suas raízes estruturais e seus desdobramentos circunstanciais, reconhecendo sua interseção com questões como desigualdade social, discriminação e exclusão.

Essa perspectiva ampla é especialmente importante no debate sobre a violência escolar, que, além de envolver situações de agressão entre estudantes, frequentemente inclui atos de desrespeito, intimidação e até mesmo violência institucional contra professores e outros profissionais da educação. A escola, enquanto espaço de convivência e aprendizado, muitas vezes reflete as tensões sociais externas, tornando-se palco de conflitos que afetam diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar de seus integrantes. Diante dessa complexidade, abordar a violência no contexto escolar requer um olhar atento às suas múltiplas dimensões e ao seu caráter mutável. É fundamental compreender que a violência não é um fenômeno estático ou isolado, mas uma construção social que responde às transformações históricas e culturais de cada época. Essa abordagem permite não apenas analisar suas causas e impactos, mas também propor estratégias de enfrentamento que valorizem a construção de ambientes escolares mais seguros, acolhedores e propícios ao desenvolvimento integral de todos os envolvidos.

No contexto atual, a escola enfrenta desafios significativos impostos por diversas situações sociais, entre elas a violência, que tem se mostrado um dos problemas mais complexos e urgentes a serem enfrentados. A violência escolar, em suas variadas formas, evidencia a necessidade de que as instituições de ensino estejam preparadas não apenas para lidar com suas manifestações, mas também para compreender suas raízes e propor estratégias efetivas de enfrentamento. No entanto, muitas escolas ainda operam sob estruturas tradicionais, que permanecem praticamente inalteradas ao longo dos anos. Essas características estruturais, especialmente no que diz respeito à organização dos conteúdos, aos processos avaliativos e às formas de interação com os alunos, acabam direcionando as escolas para uma crise de identidade (SANTOS, 2009).

Essa crise de identidade manifesta-se no descompasso entre as demandas sociais contemporâneas e as respostas que a escola é capaz de oferecer. Por um lado, espera-se que a escola seja um espaço de formação integral, que promova não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de uma cultura de paz. Por outro lado, muitas instituições continuam ancoradas em práticas pedagógicas e organizacionais que limitam a capacidade de responder de maneira eficaz às demandas do presente, como a violência, a exclusão social e a desigualdade.

A violência, nesse contexto, desafia a escola a repensar suas funções e a assumir um papel mais ativo na promoção de valores como respeito, empatia e diálogo. Isso exige uma reestruturação que vá além do currículo formal, incorporando ações que estimulem a mediação de conflitos, a formação cidadã e a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo. No entanto, essa transformação requer a mobilização de diferentes atores da comunidade escolar, incluindo professores, gestores, estudantes e famílias, além do suporte das políticas públicas. Portanto, a escola contemporânea precisa superar modelos engessados e encontrar novas formas de se conectar com a realidade social que a cerca. A capacidade de enfrentar problemas como a violência dependerá de sua habilidade em se reinventar, oferecendo respostas coerentes e eficazes que integrem a formação acadêmica à formação humana. Essa transição, embora desafiadora, é essencial para que a escola reafirme seu papel como espaço de transformação social, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

Uma nação que prioriza e investe na qualidade da educação não apenas alcança maior prosperidade econômica, mas também promove melhorias significativas em áreas fundamentais, como saúde e segurança pública. A educação de qualidade desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural de seu país. Além disso, ela atua como uma ferramenta poderosa para a redução de desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. De acordo com a UNESCO (2017), países que aumentaram os investimentos na educação e aprimoraram suas políticas educacionais observaram uma redução significativa nos índices de violência e em outros problemas sociais. Essa correlação ocorre porque a educação, ao oferecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento integral, cria condições para que os indivíduos possam superar vulnerabilidades sociais, quebrando ciclos de pobreza e exclusão que frequentemente estão associados a comportamentos violentos. Além disso, uma população bem-educada tem maior acesso a informações e recursos que promovem o cuidado com a saúde e a adoção de práticas que beneficiam o bem-estar coletivo. Investir em educação é, portanto, uma estratégia de longo prazo que resulta em melhorias sistêmicas, reduzindo a pressão sobre os serviços de saúde e segurança pública. Ao promover a equidade, a inclusão e o acesso a oportunidades, a educação se consolida como um pilar essencial para a construção de nações mais seguras, saudáveis e desenvolvidas.

Portanto, ao priorizar a educação como uma política pública central, governos não apenas impactam positivamente a vida de seus cidadãos no presente, mas também lançam as bases para um futuro mais sustentável, no qual os índices de violência e outros problemas sociais sejam progressivamente reduzidos. Essa visão de educação como motor de transformação social reafirma sua importância estratégica na agenda de desenvolvimento global. Compreender a relação entre as escolas e as práticas de violência exige uma análise aprofundada da complexidade das relações sociais que permeiam o espaço escolar. A escola, enquanto espaço social, reflete dinâmicas culturais, econômicas e políticas que estão presentes na sociedade mais ampla. É nesse contexto que as práticas de violência emergem, muitas vezes como reflexo das tensões e desigualdades sociais, mas também como resultado de questões específicas relacionadas à organização e funcionamento das instituições educacionais.

Segundo Tavares (2001), investir na educação é um dos caminhos mais efetivos para reduzir os índices de violência, pois a educação desempenha um papel central na transformação das relações sociais e na promoção de uma cultura de paz. Através de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, a mediação de conflitos e a inclusão, as escolas podem se tornar espaços de convivência saudável e aprendizado significativo, onde os indivíduos desenvolvem habilidades socioemocionais e atitudes que contribuem para a redução da violência. Essa relação, entretanto, não é simples nem automática. Ela exige que as escolas assumam um papel ativo na reconstrução das relações sociais em seu interior, reconhecendo e enfrentando as diversas formas de violência, sejam elas físicas, verbais, simbólicas ou institucionais. Para isso, é necessário que as políticas públicas priorizem investimentos em infraestrutura, formação docente e programas que promovam o fortalecimento do vínculo entre escola, família e comunidade.

Investir na educação não se limita ao aprimoramento do ensino formal, mas inclui a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade, respeite os direitos humanos e fomente a equidade. Nesse sentido, a escola pode desempenhar um papel transformador, não apenas ao diminuir os índices de violência em seu entorno imediato, mas também ao contribuir para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta. É essencial reconhecer que, no contexto escolar, o docente também se encontra vulnerável às manifestações de violência, frequentemente tornando-se vítima direta ou indireta de comportamentos agressivos. Essa realidade tem implicações profundas para o exercício da profissão, afetando negativamente tanto as atividades pedagógicas quanto o bem-estar emocional dos professores. A violência, seja ela verbal, física ou simbólica, rompe com a atmosfera de respeito e cooperação que deveria caracterizar o ambiente escolar, comprometendo a qualidade do ensino e o relacionamento entre os diferentes atores educacionais. Dados alarmantes da APEOESP (2019) revelam que cinco em cada dez professores da rede pública paulista já sofreram algum tipo de violência dentro da escola onde exercem suas funções. Esse cenário evidencia uma grave crise no ambiente escolar, onde o docente, além de enfrentar os desafios próprios da prática pedagógica, precisa lidar com agressões que podem partir de alunos, responsáveis ou até mesmo de colegas e gestores. Essas experiências de violência, quando recorrentes, podem levar ao esgotamento

emocional, ao aumento de licenças médicas. Ao abordar essa temática, espera-se contribuir para o debate sobre a violência escolar e sua relação com a saúde mental dos docentes, destacando a importância de investimentos em formação, infraestrutura e políticas públicas que valorizem o papel do professor e garantam sua proteção. A construção de estratégias eficazes de enfrentamento é essencial não apenas para a preservação da saúde dos docentes, mas também para a consolidação de uma educação que promova o respeito, o diálogo e a equidade como pilares fundamentais do processo educativo.

### **3.MARCO METODOLÓGICO**

Este estudo adota um desenho metodológico de natureza qualitativa, orientado pela análise interpretativa de dados secundários. A escolha desse método fundamenta-se na necessidade de compreender profundamente os impactos da violência escolar na saúde mental dos professores, privilegiando a análise crítica e reflexiva sobre o tema. Ao utilizar uma revisão bibliográfica como estratégia central, a pesquisa busca integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas para compor um panorama abrangente sobre o fenômeno.

O delineamento metodológico foi estruturado para explorar as inter-relações entre violência escolar, saúde mental e práticas pedagógicas, com base em literatura relevante e atualizada. As fontes incluem artigos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios institucionais que abordam diretamente ou indiretamente os temas centrais da pesquisa. Essa abordagem permite identificar tendências, lacunas e possíveis estratégias de enfrentamento ao problema, fornecendo uma base sólida para as discussões e recomendações apresentadas.

O estudo se enquadra no nível descritivo-exploratório, pois busca não apenas descrever os impactos da violência escolar sobre a saúde mental dos professores, mas também explorar as dimensões e nuances desse fenômeno, contextualizando-o no ambiente escolar de Fortaleza. Por meio da análise de dados bibliográficos, pretende-se mapear as formas de violência mais frequentes, suas consequências para os docentes e as possíveis respostas institucionais e pedagógicas para minimizar os danos causados. Além disso, o nível exploratório permite identificar lacunas na literatura existente e abrir caminhos para futuras investigações. e, em casos extremos, ao abandono da profissão.

A violência contra professores não apenas impacta diretamente suas condições de trabalho, mas também gera um efeito cascata sobre o desempenho acadêmico dos alunos e sobre o clima escolar como um todo. Quando o docente se sente desvalorizado, ameaçado ou inseguro, sua capacidade de engajamento e inovação pedagógica é reduzida, o que pode comprometer o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. Portanto, enfrentar essa problemática exige a implementação de políticas públicas e estratégias institucionais que protejam os docentes e promovam um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Entre as medidas recomendadas estão a criação de protocolos claros para lidar com situações de violência, a oferta de suporte psicológico para os professores, a promoção de programas de mediação de conflitos e a sensibilização de toda a comunidade escolar sobre a importância do respeito e da convivência pacífica. Somente por meio de ações coordenadas e integradas será possível resgatar a centralidade do professor como agente transformador e garantir que o espaço escolar seja um local de aprendizado e construção de valores. Compreender o significado das principais situações de violência vivenciadas pelos docentes e suas repercussões na saúde mental é um passo fundamental para a construção de estratégias eficazes de enfrentamento. No ambiente escolar, a violência não é um fenômeno isolado; ela está intrinsecamente ligada a fatores sociais, culturais e econômicos que moldam as interações entre os diferentes atores da comunidade escolar. A desigualdade social, em particular, emerge como um fator determinante que alimenta e perpetua as manifestações de violência, tanto dentro quanto fora das escolas. Essa realidade exige uma abordagem aprofundada e contextualizada, que reconheça a complexidade do problema e busque soluções que não apenas minimizem os impactos da violência, mas também promovam transformações estruturais no ambiente escolar. É nesse contexto que esta pesquisa se insere, com o objetivo de identificar as repercussões negativas da violência na saúde mental dos docentes da educação básica e propor possíveis estratégias para seu enfrentamento.

Os efeitos da violência sobre a saúde mental dos professores são múltiplos e variados, incluindo estresse crônico, ansiedade, depressão e burnout. Essas condições não apenas afetam o bem-estar dos docentes, mas também comprometem sua capacidade de desempenhar suas funções pedagógicas de maneira eficaz, impactando diretamente a qualidade da educação oferecida aos alunos. Além disso, o ambiente escolar, quando marcado por situações recorrentes de violência, pode se tornar um espaço hostil, minando a construção de relações saudáveis e de uma cultura de paz. Diante disso, esta pesquisa busca não apenas compreender as experiências de violência vividas pelos professores, mas também mapear estratégias de enfrentamento que possam ser implementadas no contexto escolar. Entre as possíveis ações estão a criação de redes de apoio psicológico, o fortalecimento de políticas de mediação de conflitos, a capacitação de professores para lidar com situações de violência e a promoção de iniciativas que engajem a comunidade escolar na construção de um ambiente mais seguro e inclusivo.

O enfoque desta pesquisa é qualitativo, priorizando a interpretação e compreensão dos dados em vez de sua quantificação. O método qualitativo é apropriado para analisar fenômenos complexos e subjetivos, como a violência escolar e seus efeitos na saúde mental dos professores, pois considera os contextos socioculturais e as experiências individuais relatadas nas fontes consultadas. A análise qualitativa possibilita, ainda, a identificação de padrões e categorias que emergem da literatura, contribuindo para uma visão mais ampla e contextualizada do problema.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente por meio de revisão bibliográfica, utilizando fontes secundárias de caráter teórico e empírico. Foram consultadas bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Scholar, e periódicos especializados, além de livros e documentos oficiais de órgãos educacionais e de saúde pública. O critério de seleção dos materiais baseou-se na relevância, atualidade (preferencialmente dos últimos dez anos) e relação direta com os temas centrais da pesquisa. A revisão bibliográfica seguiu etapas sistematizadas, incluindo a definição de palavras-chave, critérios de inclusão e exclusão, e a organização das informações em categorias temáticas. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada e fundamentada dos aspectos teóricos e empíricos relacionados ao impacto da violência escolar na saúde mental dos professores, oferecendo subsídios para as reflexões e recomendações apresentadas ao longo do trabalho. A metodologia adotada garante rigor acadêmico e relevância para os objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo em que possibilita uma análise crítica e contextualizada do tema. A escolha da revisão bibliográfica como método principal reflete a intenção de consolidar e integrar conhecimentos existentes, contribuindo para o avanço do debate sobre a violência escolar e suas implicações para a saúde mental dos professores no contexto educacional brasileiro.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Neste capítulo, apresentamos a análise e discussão dos dados coletados, articulando as informações levantadas com os referenciais teóricos explorados ao longo da pesquisa. O objetivo é compreender como a violência escolar impacta o cotidiano educacional, especialmente a saúde mental dos professores, além de discutir estratégias para a promoção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Os dados analisados evidenciam que a violência escolar, em suas diversas formas, exerce impactos profundos na saúde mental dos professores. Relatos de agressões verbais, ameaças e, em casos mais graves, violência física revelam que os docentes frequentemente vivenciam situações de estresse crônico, ansiedade e, em alguns casos, depressão. Esses episódios afetam diretamente sua motivação, autoestima e capacidade de engajamento pedagógico, comprometendo não apenas o bem-estar dos professores, mas também a qualidade do ensino. Pesquisas recentes indicam que 45% dos professores em escolas públicas relatam ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar, reforçando que essa realidade não se trata de casos isolados, mas de uma questão estrutural que exige atenção urgente. A ausência de suporte institucional para lidar com essas situações agrava ainda mais os impactos, resultando em um ciclo de esgotamento emocional e, frequentemente, no abandono da profissão. Os dados também permitem identificar três categorias principais de violência escolar, conforme discutido por Charlot (2002). A violência na escola inclui conflitos entre alunos e professores, como agressões verbais, físicas e práticas de bullying. Já a violência à escola está relacionada à depredação do patrimônio, pichações e furtos, evidenciando uma relação conflituosa entre a comunidade e a instituição. Por fim, a violência da escola refere-se a práticas pedagógicas ou institucionais que perpetuam exclusões e desigualdades de forma simbólica, como avaliações punitivas e a desvalorização



da diversidade cultural dos alunos . Essas categorias demonstram que a violência escolar é multifacetada, refletindo tanto dinâmicas internas quanto tensões sociais mais amplas. As estratégias de enfrentamento adotadas em algumas escolas mostram resultados promissores. Programas de mediação de conflitos, rodas de conversa e oficinas de habilidades socioemocionais têm contribuído para a redução dos episódios de violência e a melhoria do clima escolar. Além disso, a oferta de suporte psicológico para os professores revela-se uma medida essencial, considerando os danos à saúde mental causados pela violência. Escolas que implementaram espaços de escuta e acolhimento para docentes relataram maior resiliência entre os profissionais e redução no absenteísmo.

A análise dos dados também dialoga com os referenciais teóricos apresentados. Conforme apontado por Minayo (2006), a violência escolar reflete as desigualdades sociais e culturais presentes na sociedade. Além disso, os resultados corroboram a perspectiva de Bourdieu e Wacquant (2005) sobre a violência simbólica, evidenciando como práticas institucionais podem reforçar relações de dominação no ambiente escolar. Portanto, os resultados desta análise reforçam a urgência de uma abordagem integrada para enfrentar a violência escolar. É necessário implementar ações preventivas, oferecer suporte aos professores e promover transformações nas práticas pedagógicas. A violência escolar, ao impactar diretamente a saúde mental dos docentes, compromete a qualidade da educação e exige intervenções que articulem escola, comunidade e políticas públicas. Os dados analisados reiteram a importância de tratar a violência escolar como um problema social complexo e urgente, que demanda esforços conjuntos para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e saudáveis.

Os dados analisados indicam que intervenções educativas estruturadas, como as propostas pelo programa Conviver e Vivir, geram impactos positivos significativos no ambiente escolar e na formação dos jovens. A adoção de práticas como discussão entre pares, aprendizagem cooperativa, resolução de conflitos e exercícios de democracia participativa contribuiu para transformar o espaço escolar em um local mais acolhedor e inclusivo. Entre os principais resultados observados estão o aumento das atitudes de tolerância entre os jovens, uma maior aceitação dos direitos humanos e a redução de comportamentos agressivos, tanto como vítimas quanto como protagonistas de violência. Essas mudanças evidenciam que os procedimentos educativos promoveram um desenvolvimento significativo de habilidades socioemocionais, como empatia, negociação e trabalho em equipe, que são essenciais para a convivência pacífica.

Além disso, o fortalecimento das relações democráticas entre professores e alunos, bem como entre os próprios estudantes, reflete o impacto positivo de práticas que valorizam a participação ativa e o diálogo. Ao se envolverem em atividades de discussão e cooperação, os jovens não apenas aprenderam a lidar com as diferenças de maneira construtiva, mas também internalizaram princípios de respeito e igualdade que podem ser aplicados em outros contextos sociais. Essas ações demonstram o papel transformador da escola como um espaço privilegiado para a promoção de valores democráticos e para a construção de uma cultura de paz.

Os dados também permitiram uma comparação com outras iniciativas educativas de prevenção à violência escolar, como o Programa Ética e Cidadania, desenvolvido no Brasil. Embora cada programa possua suas especificidades, ambos compartilham a ênfase na construção de uma convivência mais pacífica e no desenvolvimento de competências socioemocionais como ferramentas fundamentais para a interação democrática. No entanto, o programa espanhol apresenta uma abordagem mais prática e experiencial, envolvendo os jovens em atividades concretas de negociação e participação democrática, enquanto o programa brasileiro dá maior destaque à reflexão ética e ao fortalecimento de valores democráticos por meio de debates e atividades pedagógicas. Essa comparação sugere que a integração dessas abordagens pode potencializar os resultados, combinando a reflexão teórica com práticas vivenciais.

Apesar dos resultados positivos, os dados também revelam desafios na implementação desses programas. Entre os principais obstáculos estão a resistência inicial de alguns membros da comunidade escolar, a falta de formação específica para professores e gestores e a ausência de recursos materiais e humanos adequados para a execução das atividades propostas. Esses desafios reforçam a necessidade de um planejamento cuidadoso e de investimentos contínuos para superar barreiras e garantir a eficácia das intervenções. Por outro lado, as oportunidades oferecidas por essas iniciativas são significativas, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. Programas como o Convivir es Vivir demonstram a importância de envolver todos os atores sociais no enfrentamento da violência e na promoção de um ambiente escolar mais seguro e inclusivo. A colaboração entre esses diferentes grupos é essencial para garantir que as mudanças alcançadas sejam sustentáveis e tenham impacto a longo prazo.

Os resultados apresentados corroboram os referenciais teóricos discutidos anteriormente. Estudos como os de Charlot (2002) e Minayo (2006) destacam a violência escolar como reflexo das desigualdades sociais e culturais, enquanto as contribuições de Diaz-Aguado (1996, 2002, 2003) enfatizam a importância de desenvolver competências de resolução de conflitos e promoção da tolerância. Essas abordagens teóricas ajudam a contextualizar e validar os resultados obtidos, demonstrando a relevância de uma abordagem multidimensional e integrada para a prevenção da violência escolar.

Em conclusão, os dados confirmam que intervenções educativas estruturadas desempenham um papel crucial na prevenção da violência escolar e na construção de uma convivência democrática. Ao promover a reflexão, a cooperação e a participação ativa, essas iniciativas não apenas reduzem os índices de violência, mas também contribuem para o desenvolvimento integral dos jovens e para a formação de cidadãos conscientes e engajados. No entanto, os desafios identificados reforçam a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, infraestrutura e recursos pedagógicos, para garantir a sustentabilidade dessas ações. Por outro lado, as oportunidades evidenciadas destacam o potencial transformador da escola como espaço de aprendizado, convivência e cidadania. Esses resultados apontam para a importância de políticas públicas que apoiem e ampliem essas iniciativas, integrando-as ao sistema educacional de maneira

estruturada e permanente. A análise dos dados reforça a escola como um espaço privilegiado para a prevenção e identificação de violência contra crianças e adolescentes. Por ser um ambiente de convivência cotidiana, a escola permite que professores e outros trabalhadores da educação identifiquem mudanças comportamentais e indícios de situações de violência, muitas vezes antes que essas ocorrências sejam percebidas em outros contextos. No entanto, os resultados também destacam a necessidade de fortalecer práticas de acolhimento e encaminhamento adequado desses casos.

Entre as práticas analisadas, a escuta ética e acolhedora durante a revelação de violência emerge como uma das mais importantes. No entanto, muitos profissionais ainda relatam despreparo para conduzir essas situações de maneira eficaz. A ausência de capacitação sobre protocolos e fluxos de atendimento compromete a qualidade do suporte oferecido às vítimas, o que pode levar a procedimentos inadequados e à revitimização de crianças e adolescentes. Essa lacuna evidencia a importância de programas de formação contínua para que todos os profissionais da educação estejam aptos a lidar com esses desafios.

Os dados também apontam que apenas uma parcela dos trabalhadores da educação conhece os fluxos e protocolos municipais para atendimento de casos de violência, um fator que compromete a agilidade e a eficácia das respostas. Apesar de previstas em várias políticas públicas, as capacitações regulares ainda não são amplamente implementadas, sobretudo em escolas situadas em regiões mais vulneráveis. Professores destacaram a necessidade de orientações claras sobre como proceder em situações de revelação espontânea e enfatizaram a importância de estabelecer parcerias eficazes com os órgãos da rede de proteção, como conselhos tutelares, saúde e assistência social. Escolas que investiram em treinamento relataram uma melhora significativa na identificação precoce e no encaminhamento de casos, evidenciando que o investimento em formação traz resultados positivos.

Iniciativas preventivas, como rodas de conversa, palestras e atividades culturais, também foram destacadas como ferramentas eficazes para criar um ambiente escolar mais acolhedor e seguro. Essas ações, quando integradas ao projeto político-pedagógico da escola, não apenas reduzem a incidência de violência, mas também fortalecem os vínculos entre alunos, professores e a comunidade escolar. Escolas com maior engajamento em atividades preventivas mostraram melhores resultados na promoção de uma cultura de paz e na redução de conflitos internos. Além disso, programas de conscientização envolvendo pais e responsáveis foram considerados fundamentais para ampliar a rede de apoio às crianças e adolescentes.

No entanto, desafios estruturais e operacionais ainda dificultam o enfrentamento da violência escolar. A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho dos professores e a ausência de articulação eficaz entre escola e rede de proteção foram identificados como barreiras recorrentes. Muitos educadores relataram sentir-se isolados diante da complexidade dos casos de violência, reforçando a necessidade de maior suporte institucional.

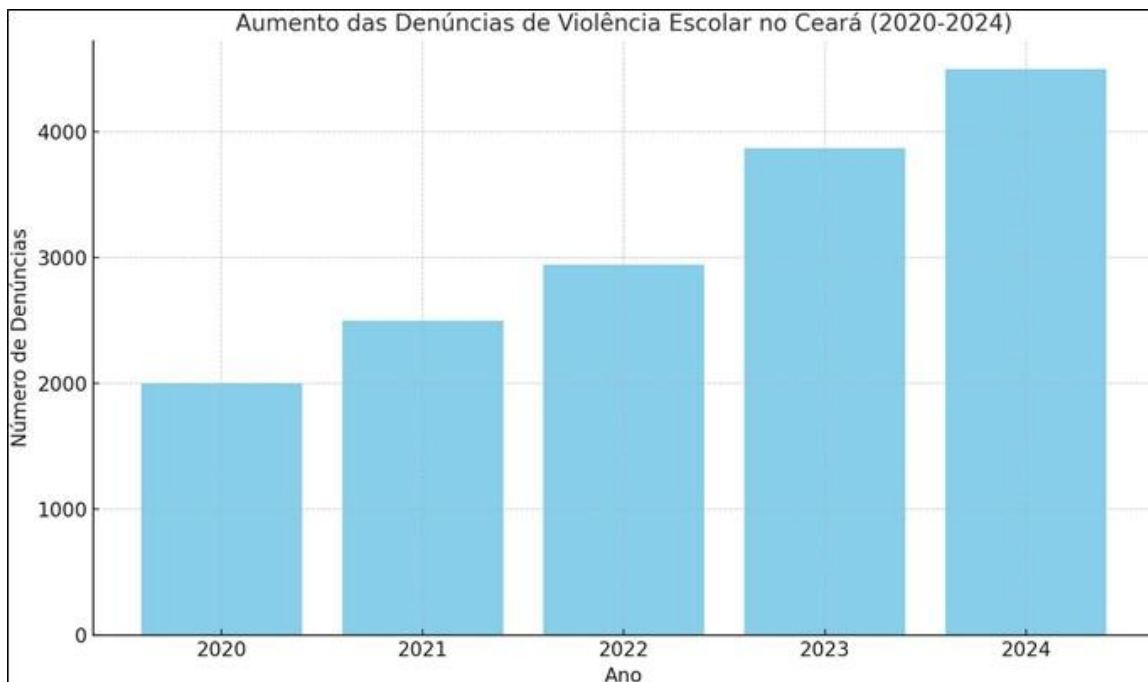
Diante desse cenário, é essencial ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com foco no acolhimento de vítimas e na utilização de protocolos claros e bem definidos. Além disso, é necessário fortalecer a integração entre a escola e a rede de proteção, garantindo a implementação de fluxos eficientes para o encaminhamento dos casos. Investimentos em infraestrutura escolar e na incorporação de ações preventivas no cotidiano das escolas também são medidas imprescindíveis para criar um ambiente mais seguro e acolhedor.

Os dados analisados evidenciam que a escola desempenha um papel central na prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Embora avanços importantes tenham sido alcançados, como o aumento das discussões sobre acolhimento e escuta ética, ainda há muito a ser feito para que todas as escolas estejam plenamente preparadas para lidar com essas situações. Capacitação contínua, fortalecimento das políticas públicas e articulação com a rede de proteção são essenciais para consolidar práticas de acolhimento e proteção no ambiente escolar, garantindo que a escola não apenas cumpra sua função educativa, mas também se estabeleça como um espaço de segurança, cidadania e transformação social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há registros de aumento nas taxas de violência escolar no Ceará nos últimos anos. Por exemplo, uma pesquisa realizada em 2022 com estudantes de 12 escolas públicas de ensino médio no Grande Bom Jardim, periferia de Fortaleza, revelou que a escola é percebida como um dos locais mais violentos, ficando atrás apenas do próprio bairro. Metade dos estudantes indicou que a violência atrapalha o ambiente escolar, e 65,5% apontaram o medo como um impeditivo para condições emocionais adequadas para a aprendizagem.. Além disso, dados do Disque 100 indicam que, no primeiro semestre de 2024, o Ceará registrou 3.868 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, refletindo em mais de 23 mil violações. Esse número representa um aumento de 31% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram contabilizadas 2.944 denúncias.

**Figura 1.** Aumento das Denúncias de Violência Escolar no Ceará ( 2020-2024)



Fonte: elaborado pela autora

Em resposta a essa situação, o Governo do Ceará lançou, em abril de 2023, uma cartilha de orientações para a prevenção e combate da violência no ambiente escolar, visando orientar diretores, estudantes, familiares e a população em geral sobre como agir em situações de risco. Esses dados e iniciativas refletem a crescente preocupação com a segurança nas escolas cearenses e a necessidade de medidas efetivas para enfrentar o problema.

Os estudos sobre violência escolar, de maneira geral, têm concentrado suas análises nas agressões entre alunos, nos atos de vandalismo contra o patrimônio escolar e, em menor grau, na violência exercida pelos professores contra os próprios estudantes. Esses fenômenos refletem uma parcela significativa das dinâmicas de conflito no ambiente educacional, mas também deixam lacunas importantes, como a violência enfrentada pelos próprios docentes, que merece maior atenção nas pesquisas e nas políticas públicas. É importante reconhecer que a violência na escola não ocorre de forma isolada, mas é influenciada pelas transformações sociais em curso. Os alunos, enquanto integrantes da sociedade, trazem para o ambiente escolar os reflexos das tensões e mudanças que vivenciam em seus contextos familiares e comunitários. Questões como desigualdades sociais, violência doméstica e a ampliação das interações digitais, muitas vezes marcadas por cyberbullying e discursos de ódio, contribuem para configurar a maneira como a violência é manifestada na escola.

Nesse cenário, o exercício da docência enfrenta desafios cada vez mais complexos. Os professores, enquanto mediadores e facilitadores do aprendizado, tentam se adaptar às mudanças que impactam o comportamento dos estudantes e às novas demandas educacionais. Contudo, essa adaptação é frequentemente dificultada por uma combinação de fatores que afetam diretamente a qualidade de seu trabalho e seu bem-estar. Entre os principais entraves enfrentados pelos

docentes estão a carga horária excessiva, que limita o tempo disponível para planejamento e reflexão sobre a prática pedagógica, e a grande demanda laboral, que inclui não apenas as atividades em sala de aula, mas também tarefas administrativas e a gestão de conflitos interpessoais. Esses desafios são agravados pelo pouco investimento em formação continuada e infraestrutura escolar, que restringem as possibilidades de inovação e atualização profissional.

Outro aspecto crítico é a baixa remuneração, que desvaloriza a profissão e contribui para o desânimo e a insatisfação no trabalho. Quando somados, esses fatores criam um ambiente de pressão constante para os professores, dificultando sua capacidade de responder às demandas de uma sociedade em transformação e de lidar com os desafios específicos do ambiente escolar. Portanto, é evidente que as dinâmicas de violência escolar não podem ser analisadas de forma isolada das condições laborais dos professores e das mudanças sociais mais amplas. A violência, tanto a sofrida quanto a exercida no espaço escolar, deve ser compreendida como parte de um sistema interligado de pressões e influências que afetam todos os atores envolvidos no processo educacional.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto que envolva a criação de políticas públicas voltadas para a valorização docente, a ampliação dos investimentos em formação continuada, a melhoria das condições de trabalho e a promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor. Apenas com ações integradas será possível fortalecer o papel do professor como agente transformador e garantir que a escola cumpra sua função essencial de educar e formar cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

A síndrome de burnout é destacada como uma das principais consequências sobre a saúde dos docentes, frequentemente acompanhada de quadros de depressão e ansiedade, que são agravados pelas situações de violência vividas no ambiente escolar e pelas precárias condições de trabalho. Essa combinação de fatores gera um impacto significativo na saúde física e mental dos professores, evidenciando a gravidade das condições enfrentadas por esses profissionais no exercício de suas atividades.

Os dados desta pesquisa reforçam que as doenças ocupacionais associadas à violência no ambiente escolar não apenas afetam a qualidade de vida dos docentes, mas também comprometem sua capacidade de continuar atuando. As sequelas deixadas por essas experiências, tanto físicas quanto emocionais, têm levado a afastamentos laborais mais frequentes, o que impacta negativamente o sistema educacional como um todo. Entre as consequências mais comuns relatadas estão o esgotamento emocional, característico do burnout, e o desenvolvimento de sintomas como insônia, baixa autoestima, irritabilidade e dificuldades de concentração.

A violência vivida pelos professores no ambiente escolar vai além de agressões físicas. A exposição a situações de conflito, desrespeito e intimidações frequentes, combinada com a ausência de suporte adequado, intensifica o desgaste emocional desses profissionais. As condições de trabalho, marcadas por

sobrecarga, baixos salários, falta de recursos pedagógicos e, muitas vezes, pela insegurança no ambiente escolar, também contribuem para a deterioração da saúde dos docentes.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de intervenções voltadas para a prevenção e o enfrentamento das causas do adoecimento docente. É essencial implementar políticas públicas que promovam a valorização da profissão, a redução da carga de trabalho, o fortalecimento da infraestrutura escolar e o oferecimento de suporte psicológico contínuo aos professores. Além disso, estratégias de prevenção à violência escolar, como programas de mediação de conflitos e ações que promovam uma convivência pacífica, devem ser integradas ao cotidiano das escolas. A pesquisa deixa claro que os professores são peças fundamentais para o funcionamento do sistema educacional, e o impacto negativo de sua saúde comprometida reflete diretamente na qualidade do ensino e na formação dos estudantes.

Enfrentar as causas da síndrome de burnout e de outros transtornos relacionados à profissão é, portanto, uma questão não apenas de saúde pública, mas também de garantia do direito à educação de qualidade. Com a implementação de medidas eficazes, é possível reduzir as sequelas deixadas pela violência e criar condições para que os docentes possam exercer sua profissão com dignidade, saúde e satisfação. As estratégias de combate à violência no ambiente escolar, conforme apresentadas nos estudos analisados, têm sido predominantemente iniciativas realizadas por professores, pela coordenação pedagógica e pela gestão escolar. Entretanto, não foram evidenciadas ações estruturadas ou diretrizes específicas provenientes de secretarias de educação ou outros órgãos públicos vinculados às escolas públicas na literatura estudada. Essa ausência de estratégias mais amplas e sistemáticas ressalta uma lacuna significativa no enfrentamento da violência escolar, especialmente no que diz respeito ao apoio institucional mais robusto e articulado.

Apesar de alguns avanços promovidos pelas iniciativas locais, a ausência de um suporte efetivo por parte de instâncias governamentais reflete um descompasso entre a realidade enfrentada pelas escolas e a implementação de políticas públicas que visem combater a violência de maneira integrada e abrangente. Essa lacuna é agravada pela falta de pesquisas que evidenciem de forma consistente as estratégias eficazes de enfrentamento e pela limitada visibilidade do impacto da violência na vida laboral e pessoal dos professores. Essa situação levanta questionamentos sobre o grau de relevância que o tema tem recebido na comunidade científica e no debate público. Os efeitos negativos da violência na saúde física e emocional dos professores, bem como na qualidade do ensino, são amplamente documentados, mas as soluções para minimizar esses impactos ainda carecem de aprofundamento e implementação prática. As consequências, como burnout, depressão, ansiedade e afastamentos laborais, revelam a gravidade do problema e reforçam a necessidade urgente de ações mais coordenadas e fundamentadas.

Nesse sentido, é essencial que novas pesquisas sejam realizadas para explorar e avaliar estratégias que possam ser aplicadas em larga escala, levando em consideração as especificidades de diferentes contextos escolares. Além disso, é imperativo que secretarias de educação e órgãos governamentais assumam um papel mais ativo na formulação de políticas públicas voltadas para a prevenção e o combate à violência escolar. Essas ações devem incluir a capacitação continuada de professores e gestores, a oferta de suporte psicológico aos docentes, a promoção de programas de mediação de conflitos e o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade.

Ao mesmo tempo, é necessário que o tema da violência escolar e seus impactos nos professores seja amplamente discutido na comunidade científica, estimulando debates e produzindo evidências que fundamentem ações efetivas. Essa abordagem integrada pode contribuir não apenas para a redução dos índices de violência nas escolas, mas também para a melhoria da qualidade de vida laboral e pessoal dos professores, garantindo um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Portanto, enfrentar a violência escolar requer um esforço coletivo e multidimensional, envolvendo gestores escolares, secretarias de educação, pesquisadores e a comunidade como um todo. Com ações articuladas e bem fundamentadas, é possível criar condições que promovam a segurança, o respeito e a valorização dos professores, elementos essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo e eficaz.

## 6. REFERÊNCIAS

BRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, 2006.

APEOESP. **Violência contra professores: um retrato alarmante nas escolas públicas paulistas**. São Paulo: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Um convite para sociologia reflexiva**. Buenos Aires: Século XXI, 2005,

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência**. Secretaria da Mulher. Org. Cristina Maria Buarque e Marlene Limbardoni. Recife: A Secretaria. 2011.



BRASIL. Diretrizes Curriculares para o curso de Graduação em Pedagogia. 2006. Disponível em: .

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente). Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1\\_2018\\_GTEC\\_CG.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf).

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: secretaria de políticas para as Mulheres, Brasília, DF, 2007.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, v. 4, n. 8, 2002, 432-443.

DENÚNCIAS de violência contra crianças e adolescentes crescem 31% no Ceará; violações passam de 23 mil. **Diário do Nordeste**, 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-31-no-ce-violacoes-passam-de-23-mil-1.3530387>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DIAZ-AGUADO, M. J. (Dir). **Educación y desarrollo de la tolerancia**. Madrid: Ministerio de Educación y Ciência, 1996.

DIAZ-AGUADO, M. J. (Dir.). **Programas de prevención de la " violencia y la exclusión social**. Madrid: Instituto de la Juventud, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2003.

DIAZ-AGUADO, M. J. **Convivencia escolar y prevención de la violencia**. Centro Nacional de Información y Comunicación Educativa, 2002. Disponível em: <<http://www.cnice.mecd.es/recursos2/convivenciaescolar>>ESCOLA é considerada um dos locais mais violentos em área da periferia de Fortaleza, diz pesquisa. **G1 - Ceará - Educação**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/noticia/2023/05/22/escola-e-considerada-um-dos-locais-mais-violentos-em-area-da-periferia-de-fortaleza-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FORTALEZA tem maior índice de violência nas escolas, diz pesquisa. **G1 - Educação**, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/03/fortaleza-tem-maior-indice-de-violencia-nas-escolas-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOVERNO do Ceará lança cartilha de segurança de orientação à segurança nas escolas. **Portal do Governo do Ceará**, 2023. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/04/13/governo-do-ceara-lanca-cartilha-de-seguranca-de-orientacao-a-seguranca-nas-escolas/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SANTOS, M. J. E. **O professor ecológico no contexto da instituição escolar**. Revista FACED, Salvador, n.15, p. 111-125, jan./julho, 2009.

TAVARES, J. **Investir na educação: um caminho para a redução da violência**. São Paulo: Editora Educação e Paz, 2001.

UNESCO. **Relatório da Situação Global sobre Violência Escolar e Bullying**. Apresentado no Simpósio Internacional de Violência Escolar e Bullying: Da Evidência para a Ação. Seoul, República da Coreia, 17 – 19. Janeiro 2017.  
Disponível em:  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002469/246970e.pdf>.

